



fl. 47
Qr

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0194070-7/03 (0002580-09.2010.8.17.0000)

Embargante: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE

Embargada: Ram Engenharia LTDA

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA. LICITAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. OMISSÃO VERIFICADA. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DO ARGUMENTO DE QUE FALTA A PROCURAÇÃO OU A CERTIDÃO DE QUE A EMPRESA NÃO CONSITUIU ADVOGADO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SUPRIR A OMISSÃO APONTADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROVIDOS PARCIALMENTE, SEM EFEITOS INFRINGENTES. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo, mantendo a decisão terminativa que deu provimento ao Agravo de Instrumento nº 194070-7, no sentido de reduzir o valor da causa para R\$10.000,00 (dez mil reais).

2. Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois deixou de se pronunciar acerca da alegação de descumprimento do art. 525, I, do CPC, em virtude da embargada ter deixado de juntar aos autos a procuração ou certidão de que o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não constituiu patrono nos autos e que a decisão embargada atribuiu valor de forma aleatória, contrariando o disposto no art. 259, V, do CPC. Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o prequestionamento explícito dos artigos supracitados.

3. Nos autos da ação principal (proc. nº 0000166-16.2009.8.17.0730), o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não apresentou contestação e nem apresentou procuradores, não questionando em nenhum momento o teor da ação. E nos autos da Ação de Impugnação ao Valor da Causa (proc. nº 0002459-56.2009.8.17.0730), ação que gerou o presente Agravo de Instrumento, o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR sequer é parte.

4. Assim, não haveria motivos para inadmitir o Agravo de Instrumento pela falta da procuração ou da certidão supramencionada, visto que o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não participa da relação processual, além de que a apresentação dos referidos documentos em nada mudaria o rumo do recurso.

5. Já em relação ao argumento de que a decisão embargada atribuiu quantia aleatória ao valor da causa, observo que tal questão deduzida não condiz com



fl. 48
OK

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

6. Embargos de Declaração providos parcialmente para sanar a omissão existente, mas sem emprestar-lhe efeitos infringentes. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração nº 0194070-7/03 (0002580-09.2010.8.17.0000) acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em conhecer e prover parcialmente os Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



12-49
Ar

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0194070-7/03 (0002580-09.2010.8.17.0000)

Embargante: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE

Embargada: Ram Engenharia LTDA

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo, mantendo a decisão terminativa que deu provimento ao Agravo de Instrumento nº 194070-7, no sentido de reduzir o valor da causa para R\$10.000,00 (dez mil reais).

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa, pois deixou de se pronunciar acerca da alegação de descumprimento do art. 525, I, do CPC, em virtude da embargada ter deixado de juntar aos autos a procuração ou certidão de que o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não constituiu patrono nos autos e que a decisão embargada atribuiu o valor da causa de forma aleatória, contrariando o disposto no art. 259, V, do CPC. Além disso, aduz que os presentes embargos tem o fito de provocar o prequestionamento explícito dos artigos supracitados.

Pugna, ao final, pelo acolhimento deste Recurso, para sanar a omissão existente no julgado recorrido.

É o relatório.

Recife, 10 de 06 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



41.50
Erik

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

1ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo nº. 0194070-7/03 (0002580-09.2010.8.17.0000)

Embargante: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – SUAPE

Embargada: Ram Engenharia LTDA

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Compulsando os autos, observo que a decisão embargada não analisou a questão da falta da procuração dos advogados ou da certidão de que o Consórcio Maia Melo - EICONOMOR não constituiu patrono nos autos.

Entretanto, a ausência de tal documento não deve ensejar a inadmissibilidade do Agravo de Instrumento. Explico.

Nos autos da ação principal (proc. nº 0000166-16.2009.8.17.0730), o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não apresentou contestação e nem apresentou procuradores, não questionando em nenhum momento o teor da ação. E nos autos da Ação de Impugnação ao Valor da Causa (proc. nº 0002459-56.2009.8.17.0730), ação que gerou o presente Agravo de Instrumento, o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR sequer é parte.

Assim, não haveria motivos para inadmitir o Agravo de Instrumento pela falta da procuração ou da certidão supramencionada, visto que o Consórcio Maia Melo – EICONOMOR não participa da relação processual, além de que a apresentação dos referidos documentos em nada mudaria o rumo do recurso. Considere-se assim, prequestionado o artigo 525, I, do CPC.

Já em relação ao argumento de que o acórdão embargado atribuiu quantia aleatória ao valor da causa, observo que tal questão deduzida não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil, pois o embargante pretende apenas a rediscussão da matéria.

Tal argumentação foi averiguada no julgamento ora questionado. Inclusive, o posicionamento da decisão embargada está balizado por jurisprudência pacífica do STJ.

Em verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Dessa forma, voto no sentido de acolher parcialmente os Embargos Declaratórios, entretanto, sem emprestar-lhe efeitos infringentes, apenas para sanar a omissão apontada.

Erik



fl-51
75

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

É como voto.

Recife, 10 de 06 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator